



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

GABINETE DO MINISTRO

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 2/2013

OBJETO: Chamamento público com fins de seleção de projetos para Fortalecimento das Estratégias do Cooperativismo de Produção Agropecuário e do Associativismo Rural, com o objetivo de apoiar o Programa 2014 - Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização, Linha de Ação 8622 - Desenvolvimento do Associativismo Rural e Cooperativismo, da Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo - SDC.

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, representado neste ato pelo seu Ministro de Estado, ANTÔNIO EUSTÁQUIO ANDRADE FERREIRA, torna público que está procedendo chamamento público para fins de seleção de projetos para celebração de convênios, que se processará em conformidade com as disposições do Decreto Nº 6.170, de 25/07/2007 e da Portaria Interministerial Nº 507, de 24/11/2011 e suas respectivas alterações.

1. OBJETO

O presente edital tem por objetivo realizar o Chamamento Público para seleção de propostas de projetos de capacitação (incluindo eventos e publicações) a serem apresentados por entidades privadas sem fins lucrativos para celebração de convênio com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, a partir da Linha de Ação "Desenvolvimento do Associativismo Rural e Cooperativismo".

Objetivos Específicos:

a. Fortalecer as iniciativas de dinamização econômica das cooperativas de produção agropecuária e de associações rurais, com aprimoramento dos processos de gestão, inclusive com aperfeiçoamento do contexto tecnológico sustentável, focando a sustentabilidade econômica, social e ambiental.

b. Ampliar a participação de mulheres e jovens no debate das políticas do cooperativismo e do associativismo rural.

c. Ampliar a integração entre as redes cooperativas, com foco no fomento e fortalecimento do cooperativismo e associativismo rural.

d. Disseminar preceitos e apoiar a adoção de práticas de sustentabilidade, nas dimensões econômica, social e ambiental.

2. JUSTIFICATIVA

O associativismo rural e o cooperativismo constituem meios de organização social fundamentais para enfrentar os históricos problemas da pobreza e das desigualdades regionais do Brasil. As articulações em torno desses modelos de organização social representam um momento de importância relevante para incremento e fortalecimento da produção agropecuária sustentável no país, a partir do entendimento e proposição de alternativas para a superação das desigualdades, pautadas na proposição e fortalecimento das políticas públicas e na discussão de um novo modelo de sociedade a partir da cooperação e solidariedade, com desenvolvimento econômico e equilíbrio socioambiental.

Cabe ao MAPA, como órgão da administração pública federal direta, apresentar à sociedade os seus programas de fomento e, observando-se o limite de sua competência regimental, selecionar, de forma democrática e transparente, os projetos passíveis de parceria com entidades privadas sem fins lucrativos, com a finalidade de se alcançar plenamente os objetivos de sua missão institucional.

Nesse sentido, o MAPA pretende, com o tema objeto deste chamamento, fortalecer as entidades de representação do associativismo rural e do cooperativismo, buscando torná-las ativas em seu papel de articulação de desenvolvimento socioeconômico, inserindo as mulheres e jovens neste cenário e empoderando as lideranças para os processos de organização local e estadual, com aprimoramento dos mecanismos de gestão participativa e acesso ao mercado, de forma autônoma e sustentável, diante dos desafios e oportunidades presentes na contemporaneidade.

3. ABRANGÊNCIA E PÚBLICO BENEFICIÁRIO

A abrangência desta chamada pública é para os biomas da Amazônia e do Semiárido, onde serão priorizadas até 06 (seis) propostas com pontuação acima do mínimo estabelecido (vide subitem 12.1.6), apresentadas para o bioma Semiárido. O público beneficiário a ser contemplado deverá ser constituído pelo quadro social e funcional de associações rurais e cooperativas de produção agropecuária.

4. LINHAS DE ATUAÇÃO

As propostas apresentadas deverão manter uma correlação direta com os programas e projetos desenvolvidos pelo DENACOOP e também, enquadrar-se em, pelo menos, uma das seguintes linhas de atuação abaixo descritas:

4.1 Promover a capacitação técnica e/ou gerencial de associações rurais e de cooperativas de produção agropecuária.

4.2 Promover a capacitação e/ou eventos de mulheres e de jovens, de associações rurais e de cooperativas de produção agropecuária.

4.3 Promover a capacitação gerencial e técnica do quadro social e/ou funcional de pequenas associações rurais e cooperativas de produção agropecuária usuárias dos programas governamentais: Programa de Aquisição de Alimentos-PAA, Programa Nacional de Alimentação Escolar-PNAE ou Política de Garantia de Preços Mínimos para Produtos da Sócio biodiversidade-PGPM-Bio.

4.4 Capacitar o corpo técnico de cooperativas e associações rurais com o fim de disseminar, entre os associados, técnicas sustentáveis agropecuárias (ex.: análise de solo; controle de irrigação; plantio direto na palha; integração lavoura-pecuária-floresta; sistemas agroflorestais; agricultura de precisão; manejo da fauna silvestre; agricultura orgânica; etc.).

4.5 Promover eventos, tais como, congressos, simpósios e seminários, objetivando discutir políticas públicas para o associativismo rural e para o cooperativismo.

4.6 Apoiar a editoração e publicação de material técnico, informativo e/ou didático relativo ao associativismo rural e cooperativismo.

As linhas de atuação acima descritas precisam estar correlacionadas com, pelo menos, um dos programas e projetos do DENACOOP abaixo elencados:

Coopergênero - Programa Gênero e Cooperativismo: Estimular a inclusão da mulher e da família na construção da equidade de gênero nas cooperativas e associações rurais, por meio de políticas públicas de geração de trabalho e renda, com ações de capacitação.

Interagro - Programa Nacional de Desenvolvimento da Agroindustrialização de Cooperativas: Apoiar a organização das cadeias produtivas, estimulando a formalização de alianças para ampliar a participação das cooperativas nos mercados e nos processos de agroindustrialização. Estimular a reunião de cooperativas e organizações para a estruturação de novas formas de cooperação produtiva.

NORCOOP - Programa de Desenvolvimento do Cooperativismo e do Associativismo Rural de Pequenos Produtores das Regiões Norte e Nordeste: Apoiar projetos de desenvolvimento, formação e capacitação, visando a sustentabilidade, a melhoria da qualidade de vida e a elevação da renda de pequenos produtores associados a cooperativas e associações rurais do norte e nordeste.

Procoopjovem - Programa de Estímulo e Promoção do Cooperativismo para a Juventude: Estimular e ampliar o conhecimento, a participação e o protagonismo da juventude no cooperativismo, por meio da informação, formação e capacitação, com vistas à melhoria nos processos de gestão e desenvolvimento do cooperativismo brasileiro.

Proficoop - Programa de Profissionalização em Cooperativismo e Associativismo: Apoiar a capacitação de dirigentes e colaboradores de cooperativas e associações rurais, em desenvolvimento organizacional, modernização da administração cooperativa, gestão jurídica, gestão econômico-financeira, marketing e gestão estratégica.

Promocoope - Programa de Promoção e Divulgação da Prática do Cooperativismo: Disponibilizar ao público em geral, informações sobre os trabalhos desenvolvidos pelo DENACOOP, assim como sobre a importância do cooperativismo e do associativismo rural como instrumentos de organização, crescimento econômico, desenvolvimento e integração social.

Pisacoop - Programa de Produção Integrada de Sistemas Agropecuários em Cooperativismo e Associativismo Rural: Realizar a transformação da produção convencional em tecnológica, sustentável e rastreável, por meio da inovação tecnológica e do processo participativo com envolvimento de instituições, associações rurais e cooperativas, mais comunidades, por meio de Comitês Técnicos Gestores.

Cooper ambiental - Programa de Sustentabilidade Ambiental em Cooperativismo e Associativismo Rural: Prioridade voltada à pequena produção, estimulando e contribuindo para o fortalecimento do cooperativismo e do associativismo, principalmente na dimensão ambiental. Apoio a formas alternativas de organização do trabalho e de tecnologias inovadoras e sustentáveis.

5. METAS

5.1 Em relação às linhas de atuação, 4.1, 4.2 e 4.3, descritas no item anterior, espera-se:

- Para as linhas de atuação 4.1 e 4.3 realizarem, no mínimo, 2 cursos de capacitação com envolvimento de cooperados e/ou funcionários.

- Para a linha de atuação 4.2 realizar, no mínimo, 1 (um) curso de capacitação e/ou evento.

5.2 Em relação à linha de atuação 4.4:

- Realizar, no mínimo, 1 (um) curso para o quadro técnico de cooperativas e de associações rurais, para difusão e implementação de técnicas sustentáveis agropecuárias.

5.3 Em referência a linha de atuação 4.5:

- Realizar, pelo menos, um evento de interação entre cooperativas e atores do cooperativismo e do associativismo rural.

5.4 Em referência à linha de atuação 4.6:

- Publicar, pelo menos, um material técnico, informativo e/ou didático com tiragem mínima de dois mil exemplares.

6. RESULTADOS ESPERADOS

Aperfeiçoamento da gestão das entidades e aprimoramento técnico do quadro social e funcional das organizações beneficiadas, bem como a divulgação do cooperativismo e do associativismo rural como instrumentos de organização e desenvolvimento sócio econômico, com foco na sustentabilidade, por meio de:

. Eventos de capacitação em geral;

. Publicações técnicas, informativas e/ou didáticas;

. Documentos com sugestões de políticas públicas para o desenvolvimento do cooperativismo e associativismo rural;

. Eventos de capacitação direcionados as questões de gênero e juventude; e

. Capacitação gerencial e técnica das entidades usuárias dos programas governamentais PAA, PNAE e PGPM-Bio.

7. RECURSOS DISPONÍVEIS, CONTRAPARTIDA E LIBERAÇÃO DE RECURSOS

Para fins de atendimento das linhas de atuação descritas no item 4, será disponibilizado o montante total de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), distribuídos para atendimento de 10 (dez) projetos, no valor de até R\$ 100.000,00 (cem mil reais) por projeto e por entidade.

As entidades privadas sem fins lucrativos deverão apresentar contrapartida de acordo com os percentuais e as condições estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias. A contrapartida será calculada sobre o valor total do projeto e poderá ser atendida por meio de recursos financeiros e/ou de bens ou serviços, se economicamente mensuráveis, conforme estipulado no plano de trabalho.

A liberação de recursos financeiros para as propostas aprovadas será feita conforme o cronograma de desembolso aprovado.

8. CRONOGRAMA DE RECEBIMENTO, SELEÇÃO E DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS

As propostas de projeto deverão ser inseridas no Portal de Convênios do Governo Federal - SICONV - no período de 14/10/2013 até 03/11/2013. O MAPA não aceitará propostas enviadas por qualquer outro meio que não seja o SICONV.

O MAPA não se responsabilizará por propostas não recebidas devido a eventuais problemas técnicos e de congestionamento das linhas de comunicação.

O prazo de análise das propostas será de 04 a 29/11/2013. O resultado final será divulgado em 13/12/2013 na página eletrônica do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento ([www.agricultura.gov.br](http://www.agricultura.gov.br)) e no Portal de Convênios - SICONV ([www.convênios.gov.br](http://www.convênios.gov.br)).

Data limite para inserção de propostas no SICONV	03/11/2013
Período de análise e julgamento da Comissão Técnica de Avaliação	04 a 29/11/2013
Divulgação do resultado preliminar na página eletrônica do MAPA e no SICONV	02/12/2013
Interposição de recursos, referentes ao resultado preliminar	03 a 06/12/2013
Análise dos recursos	09 a 12/12/2013
Divulgação do resultado final na página eletrônica do MAPA e no SICONV	13/12/2013

9. CARACTERIZAÇÃO E ENQUADRAMENTO DAS PROPOSTAS

9.1 As propostas deverão estar voltadas aos interesses do público beneficiário apontado, desenvolver ações de capacitação e qualificação gerencial e técnica para o quadro funcional e social das entidades representativas do público beneficiário e estarem direcionadas ao fortalecimento do cooperativismo de produção agropecuária e associativismo rural.

9.2 Os objetivos da proposta encaminhada devem estar em conformidade tanto com os objetivos e diretrizes estatutárias da entidade, quanto com os objetivos deste chamamento público.

9.3 As propostas apresentadas no SICONV devem conter, no mínimo:

a) descrição completa do objeto da proposta;

b) justificativa da proposta, contendo a relação entre a mesma e a natureza e competência do Denacoop/SDC/Mapa, bem como a indicação do problema a ser resolvido e dos resultados esperados;

c) estimativa dos recursos financeiros, discriminando o repasse a ser realizado pela concedente e a contrapartida prevista para o proponente, especificando o valor de cada parcela e do montante de todos os recursos, na forma estabelecida em lei;

d) cronograma de desembolso vinculado às respectivas etapas e metas a serem atingidas;

e) indicação sobre a execução do objeto, se será da própria entidade ou se prevê contratação de terceiros;

f) informações relativas à capacidade técnica e gerencial do proponente para a execução do objeto; e

g) quadro demonstrativo contendo a identificação do (s) Estado (s) e Município (s) beneficiado(s), bem como o nome, endereço e CNPJ das cooperativas de produção agropecuária e associações rurais, além do quantitativo de pessoas beneficiadas diretamente com a realização de cada evento, discriminado por organização.

9.4 As propostas deverão apresentar custos compatíveis com o mercado.

10. CONDIÇÕES PARA A CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIO/ELEGIBILIDADE

Poderão participar deste chamamento público entidades privadas sem fins lucrativos que tenham missão e/ou objeto social pertinente e compatível com o objeto deste edital e que atendam a todas as suas exigências, inclusive quanto à documentação constante deste instrumento.

Somente poderão participar deste Chamamento pessoas jurídicas de direito privado, legalmente estabelecidas no país, com no mínimo três anos de fundação, de forma individual e que satisfaçam às condições expressas neste documento, conforme prevê a Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

Obrigatoriamente, as entidades deverão estar cadastradas no Portal de Convênios - SICONV ([www.convênios.gov.br/portal](http://www.convênios.gov.br/portal)) - sendo de responsabilidade das mesmas manter os dados e documentos atualizados. O projeto somente passará para a etapa de análise se verificado o cadastramento da entidade proponente no sistema. É necessária a apresentação de projeto técnico detalhado, inclusive com conteúdo programático e memória de cálculo, inserido na aba "Anexos" do SICONV.

As entidades proponentes e seus representantes legais não poderão estar em situação de mora ou de inadimplência com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública direta e indireta, conforme legislação vigente. Sendo constatada essa situação, a proposta será automaticamente eliminada.